

O cultural no mundo que há-de vir



Opinião
António Pinto Ribeiro

Ninguém sabe como será o mundo pós-pandemia. O optimismo de uns e o pessimismo de outros condicionam as projecções sobre o mundo que vem aí, mas há que considerar que os interessados em que o actual regime capitalista permaneça sem alternativa, insistindo numa economia baseada no extractivismo e no consumo imparável, não queiram acabar. E esta tensão já se começa a sentir na irrealidade do presente quotidiano, para o qual a ficção científica não é mais do que um advento do que há-de vir e o menos ajuizado é não cuidar que a pandemia faz parte de um desregulamento patológico do nosso modo de vida, para o qual muitos há bem pouco tempo vêm avisando, como Paul Virilio e Eduardo Viveiros de Castro, entre muitos outros. E em vez de construções fantasiosas e de construção de modelos que são de um mundo antigo pré-pandémico e não daquele que há-de vir, experimentemos fazer perguntas.

Foi o que fez o filósofo Bruno Latour num recente artigo publicado na *AOC (Analyse Opinion Critique)*, “Imaginar os gestos-barreira contra o retorno à produção pré-crise” (tradução minha). Neste artigo, ao contrário da voz corrente que exclama “Vamos reiniciar a produção o mais rápido possível”, o filósofo responde com um imperativo: “Isso é que não! Porque a última coisa a fazer é repetir o que fizemos antes.” E continua: “Pode haver algo de impróprio em olhar assim para a era pós-crise, quando os profissionais de saúde estão ‘na linha de frente’, quando milhões de pessoas perdem os seus empregos e muitas famílias enlutadas não podem sequer enterrar os seus mortos. E, no entanto, é importante que agora tenhamos de lutar para que a recuperação económica, logo que a crise passe, não repita o mesmo antigo regime capitalista anticlimático contra o qual



tentámos até agora, em vão, lutar. Se tudo parou, tudo pode ser posto em causa.”

E como exercício com vista a encontrar soluções colectivas, mas também individuais, elenca um conjunto de perguntas de que aqui se faz uma síntese. No final do artigo, ao invés de propor mais um cenário para o pós-pandemia, propõe-nos que respondamos a um conjunto de perguntas que designa como auto-avaliação e que em resumo se listam:

Das actividades actualmente suspensas, quais são aquelas que gostaria que não fossem retomadas?

Descreva a) porque considera estas actividades: prejudiciais/desnecessárias/perigosas/incoerentes; b) de que modo o seu desaparecimento/suspensão/substituição facilitaria/tornaria mais coerentes outras actividades que considera mais importantes?

Que medidas preconiza para que os trabalhadores/funcionários/assalariados/empresários que não poderão continuar a trabalhar nas actividades (que preconiza serem suprimidas) sejam adoptadas para facilitar a transição para outras actividades?

Das actividades agora interrompidas, quais são aquelas que gostaria de, no futuro, desenvolver/retomar ou quais seriam aquelas que deveriam ser inventadas em substituição das primeiras?

A primeira aprendizagem que resulta deste questionário é que a sua resposta necessita de tempo, não do tempo imposto pela economia baseada no consumo de tudo, de um tempo focado no presentismo e em políticas de amnésia das histórias individuais e colectivas, mas de um tempo em que a subjectividade, memórias e ideias de futuro comum são os instrumentos da sua medição e da sua passagem. E não será fácil esta deslocação – veja-se como na resposta à suspensão do espaço público todos os ecrãs foram ocupados por um fluxo incontrolado de informação. “Agarrados” ao antigo modo de viver baseado no consumo, as pessoas passaram a produzir e consumir em *loop* imagens e sons pobres nos conteúdos e na forma, não sabendo lidar com o silêncio e com a riqueza que pode ser um tempo subjectivo.

Não se tratava de – na grande maioria das situações – fazer cultura de outro modo, o modo digital, porque até nisso se percebeu que ainda não sabemos como entrar na realidade do mundo digital mas apenas de um continuado consumo acelerado nos ecrãs. Assim, à pergunta maior de Bruno Latour e da cadeia de perguntas que lhe sucedem, a resposta pode ser: o modo como a economia do extractivismo e da produção sem fim colonizou as

nossas vidas, o mundo e todas as actividades humanas constitui-se numa patologia do quotidiano. E tal opção global atingiu não só o que designamos por sistema de relações entre pessoas intermediadas por objectos de culto artístico ou científico, mas a sua dimensão mais restrita e parcelar designada por política cultural, uma invenção engenhosa e generosa de André Malraux no pós-guerra, que a maioria dos países ocidentais adoptou mas que há muito foi aprisionada pela mesma economia do mercado de consumo imparável.

Termos como consumo, consumidor, evento e empreendedorismo cultural circulam com ligeireza entre o sector artístico e nos responsáveis políticos tanto de direita como de esquerda, num registo de hiperapresentação de espectáculos, exposições, concertos, produções que se sucedem numa correria para o abismo.

No âmbito das actividades que foram interrompidas, a sua retoma deve colocar uma outra interrogação: como conciliar o legítimo direito à produção e apresentação artística ou mesmo de investigação (penso na pressão exercida para a produção de “papers” que, na verdade, têm tão poucos leitores) com a redução substantiva para um outro tempo

cultural? Uma das respostas é exigir mais tempo para a produção, diminuindo os lucros e reduzindo o consumo. Com as designadas políticas culturais reféns desta lógica de produção para o abismo, as suas competências para intervir no sector cultural há muito que ficaram obsoletas, limitando-se a gerir os equipamentos e as máquinas administrativas e a uma distribuição contabilística cheia de ambiguidades. Ambiguidades como considerar que o sector da cultura é homogéneo quando, na verdade, ele se comporta como outros sectores da sociedade, em que há pessoas com rendimentos acima das suas necessidades e precários e intermitentes; tal qual como noutros sectores, e tal como para outros trabalhadores, uma medida prática seria a distribuição de um rendimento mínimo universal como há muito é proposto no contexto de preparar um futuro global.

Um Ministério da Cultura com organigramas centrados prioritariamente em mecanismos de controlo é um modelo datado que não tem razão de ser no momento actual e menos terá depois desta experiência colectiva de trauma e de superação. O objectivo será o de contribuir para a implementação de um tempo cultural em que o objectivo seja partilhar e não controlar. E, no entanto, a política deve regressar à cultura porque – além da sua vontade de manter o poder – está na sua essência estimular a autonomia das organizações dos cidadãos envolvidos. Por outro lado, um dos aspectos positivos desta vivência da pandemia foi entender como a autonomia de organizações face às iniciativas governamentais, por momentos libertas dos condicionalismos administrativos, produziu outras experiências criativas, imaginativas, eficazes, mostrando como há outras camadas de participação e de colaboração mais produtivas, a começar pela produção colaborativa entre os trabalhadores e os produtores do sector da cultura. Mas isso obriga-nos a mudar de paradigma. Sugiro que comecem por responder ao conjunto de perguntas do Bruno Latour.